



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 15 • 28/05 a 03/06/06 • ISSN1809-6182

Análise

01/06/2006 - Brasil e o contexto sul-americano..... p.01

A política externa do governo Lula tem sido marcada pela busca de uma liderança regional na América do Sul, assim como por uma maior integração entre os países da região. Essa análise pretende apresentar um panorama da relação entre o Brasil e os demais países do sub-continente, de forma a ilustrar os obstáculos a serem enfrentados na realização desses objetivos.

Resenhas

30/05/2006 - Intensificação da desordem no Timor-Lestep.07

Tropas estrangeiras, lideradas pela Austrália, desembarcam no Timor-Leste objetivando estabelecer a ordem após vários focos de violência terem tomado conta da capital do país, Dili.

28/05/2006 - A ONU e o combate ao terrorismop.11

As ações da Organização das Nações Unidas relativas ao terrorismo datam de 1972 e ganharam novo fôlego após os atentados de 11 de setembro de 2001. Ao revelar, há pouco menos de um mês, o relatório "Unindo contra o terrorismo: recomendações para uma estratégia global contra-terrorista", o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, buscou dar mais um passo na tentativa de se combater o terrorismo internacional.

Brasil e o contexto sul-americano

Análise
Integração Regional

Ana Flávia Lima Teles e Sílvia Helena Guilherme Canêdo
1º de junho de 2006

A política externa do governo Lula tem sido marcada pela busca de uma liderança regional na América do Sul, assim como por uma maior integração entre os países da região. Essa análise pretende apresentar um panorama da relação entre o Brasil e os demais países do sub-continente, de forma a ilustrar os obstáculos a serem enfrentados na realização desses objetivos.

Desde que assumiu o governo brasileiro, em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem tentando fazer com que o Brasil exerça um papel de liderança mundial entre os países ditos em desenvolvimento. Importante instrumento para a realização desse objetivo é representado pela busca de uma liderança regional na América do Sul, por meio do fortalecimento do relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos.

A prioridade dada a uma América do Sul integrada e politicamente estável se apresenta como principal diretriz da política externa do governo Lula, sendo o fortalecimento do Mercosul e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações os pontos fundamentais para a consecução desse projeto [ver: [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações](#)].

Essa integração se daria em termos de infra-estrutura, comunicação, energia e transportes, maximizando as capacidades econômicas dos países da região. Em termos políticos, uma cooperação mais consistente poderia levar a uma ampliação do poder de barganha dos países em negociações extra-regionais.

Apesar de o Brasil ter sido inicialmente

bem sucedido na realização de seus objetivos, ao que tudo indica as diferenças nos níveis de desenvolvimento, os problemas econômicos e sociais internos aos países, as rivalidades regionais e mesmo a rapidez com que se vem buscando a integração acabaram por gerar tensões e divergências quanto ao futuro das relações entre os países sul-americanos.

A Relação entre o Brasil e os demais membros do Mercosul¹

Tendo em vista que Brasil e Argentina representam o eixo principal da política regional sul-americana e que são os principais países no âmbito do Mercosul, esta análise se inicia tratando das relações entre eles.

Como apresentado anteriormente pelo Conjuntura Internacional [ver: [Divergências políticas entre Brasil e Argentina](#)], a relação bilateral entre os dois países vem, já há algum tempo, sendo marcada por divergências.

Motivados por diferenças e rivalidades,

¹ O Mercosul possui como membros plenos Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e como membros associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Brasil e Argentina têm percepções conflitivas no que diz respeito à projeção internacional de ambos os países.

A política externa brasileira do governo Lula vem buscando empreender maior participação do país nos foros multilaterais e nas negociações internacionais, tentando ocupar posição de destaque no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial de Comércio (OMC). Além disso, como já mencionado, o país tem desempenhado papel mais ativo regionalmente.

Apesar do sucesso brasileiro no cenário internacional poder significar projeção para a região e poder levar a uma maior consolidação do Mercosul, esse não encontra apoio da Argentina que, aparentemente, estaria buscando desempenhar o mesmo papel que o Brasil, ao almejar maior participação internacional e a liderança sul-americana.

Contudo, a busca pelos mesmos objetivos não seria o problema central nas relações externas dos dois países, e sim a forma como o Brasil viria tentando realizar seus objetivos.

O fato de o Brasil deliberadamente tentar assumir a posição de líder regional incomodaria os argentinos, mesmo estes estando cientes das melhores condições possuídas pelo Brasil.

Segundo os argentinos, a liderança regional brasileira estaria restrita ao discurso e retórica, não produzindo ação material efetiva. O Brasil não possuiria capacidades suficientes de modo a garantir a segurança de seus vizinhos, tampouco buscaria se posicionar claramente no sentido de solucionar controvérsias entre os países da América do Sul e mesmo de defender os interesses desses no âmbito internacional, funções esperadas de um líder regional.

Este teria sido o caso envolvendo Argentina e Uruguai na construção de uma fábrica de celulose na fronteira entre

os dois países. Na ocasião, o descontentamento da Argentina com a instalação da fábrica perto de seu território e a relutância do Uruguai em retirar as fábricas do local acabaram gerando tensão nas relações entre os dois países. O Brasil, quando poderia mediar a questão, preferiu não se posicionar a respeito [ver: [Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos](#)].

Outro ponto de divergência entre os países se refere às políticas macroeconômicas adotadas pelos dois países, que podem, no âmbito do Mercosul, implicar em desvantagens competitivas nos termos de trocas comerciais. Por exemplo, a desvalorização do real a partir de 1999 se apresentou como importante fator potencializador da crise econômica argentina, tendo em vista que os produtos brasileiros se tornaram ainda mais competitivos no mercado argentino.

Por outro lado, Brasil e Argentina compartilham preocupações quanto à estabilidade democrática da região e à cooperação bilateral, pontos que apresentariam convergência em termos de política externa dos dois países. Brasileiros e argentinos dividem responsabilidades quanto à preservação dos regimes democráticos e da segurança dos países sul-americanos, assim como cooperam nas esferas de saúde e educação, dentre outras.

Se na relação bilateral com a Argentina o Brasil encontra pontos de discordância e de convergência, com relação ao Paraguai e ao Uruguai, somente desavenças vêm ocorrendo.

O relacionamento entre Brasil e Argentina e esses dois países tem estado cada vez mais desgastado. Em termos de integração regional, a constante insatisfação de Paraguai e Uruguai com relação as suas posições desfavoráveis dentro do Mercosul representam um revés aos objetivos de integração brasileiros.

Os dois países vêm a algum tempo

manifestando sua insatisfação com os escassos resultados que o processo de integração tem trazido para suas economias.

As assimetrias econômicas e as desvantagens competitivas dos produtos desses dois países teriam motivado os representantes de Paraguai e Uruguai a reclamar o direito de firmar tratados de livre-comércio com outros países fora bloco.

Os governos dessas duas economias menores vêm a algum tempo questionando a viabilidade de sustentação dessa união alfandegária que não gera benefícios concretos, e que, além de tudo, os impede de negociar tratados comerciais com terceiros.

Outra fonte de descontentamento de Paraguai e Uruguai seria fruto do chamado “bilateralismo” que praticariam Argentina e Brasil, segundo o qual os países manteriam os assuntos do Mercosul somente entre eles, levando-os à mesa de negociação apenas quando os acordos já estivessem consumados.

A participação do Paraguai no processo de integração sul-americano tem sido ameaçada também pelo fato de o país ter sido incorporado à agenda de segurança estadunidense.

O estabelecimento de um intercâmbio militar entre o Paraguai e os Estados Unidos (EUA), em julho de 2005, reavivou as preocupações dos demais países sul-americanos quanto à possibilidade de instalação de uma base militar estadunidense no país [ver: [Aproximação entre Paraguai e Estados Unidos causa mal estar na região do Mercosul](#)].

A estratégia de política externa do Paraguai de alinhamento com os EUA teria possibilitado a realização de acordos comerciais bilaterais entre os dois países, colocando em segundo plano a área de livre comércio representada pelo Mercosul.

Essa nova postura do governo paraguaio

seria fruto do desinteresse e do descaso de Brasil e Argentina quanto à posição desfavorável do país dentro do bloco regional.

Em suma, o país viria buscando o alinhamento com os EUA na medida em que poderia auferir dessa relação bilateral melhores resultados do que no âmbito do Mercosul, ao servir aos interesses estadunidenses no sub-continente, e colaborar com a contenção da influência do Presidente venezuelano, Hugo Chavéz, na região.

Na medida em que não recebe a devida atenção de seus principais parceiros, nesse caso Brasil e Argentina, o Paraguai busca fortalecer suas relações com países de fora da região, o que representa forte ameaça à integração sul-americana e aos objetivos de liderança regional do Brasil.

Isso porque, além de enfrentar problemas para consolidar seu principal instrumento de liderança - o Mercosul - o Brasil passou a ter um concorrente ao posto de líder regional. Hugo Chavés não só rivaliza com o Brasil, como se utiliza de meios completamente divergentes dos brasileiros para conquistar a liderança da região.

A Relação Brasil - Chile

O relacionamento entre Brasil e Chile é marcado por afinidade, tanto no campo político quanto no campo econômico.

A economia chilena é vista como a mais estável do sub-continente, o que a torna particularmente atrativa aos vizinhos sul-americanos.

O Brasil, nesse sentido, vem buscando ampliar suas transações comerciais com o país, como forma de alcançar maiores ganhos e de estreitar as relações bilaterais. As transações comerciais bilaterais já chegaram ao patamar de US\$ 1 bilhão, além de estar ocorrendo a ampliação dos investimentos diretos, presentes nas áreas de energia, serviços e indústria.

No campo político, a consolidação da democracia no Chile se apresenta como fator fundamental para o relacionamento entre os dois países, tendo em vista que, segundo declarado, dentre os objetivos de integração regional do Brasil estão o da preservação da democracia na América do Sul.

No que concerne a projeção e a atuação internacional, a associação do Chile ao Mercosul, o compartilhamento das responsabilidades com relação à missão de paz no Haiti² e a participação chilena no G-20 evidenciam a sintonia de interesses e objetivos dos dois países no cenário internacional.

Além disso, o Chile tem demonstrado constante apoio às iniciativas brasileiras, tanto no âmbito regional quanto no global. O apoio à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações e à ambição brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas são evidências desse fato.

A própria eleição de Michele Bachelet no Chile significou a permanência deste importante aliado no sentido da consecução dos objetivos de integração regional, principalmente no que se referem aos demais países do Mercosul [ver: [Resultado final das eleições no Chile](#)].

A Relação Brasil - Comunidade Andina

Os países que atualmente compõem a Comunidade Andina de Nações (CAN) – Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – têm percorrido um caminho de instabilidade política desde a criação da instituição, em 1969, então denominada Acordo de Cartagena.³

As dificuldades que a CAN encontra no cumprimento de seus objetivos de integração se devem aos conflitos políticos internos e por diferenças entre as políticas comerciais de seus parceiros. A Venezuela decidiu abandonar a CAN em abril de 2006, porque considera que os esforços de integração que impulsionavam o grupo se viram mitigados pela decisão da Colômbia e do Peru de assinar tratados de livre-comércio com os Estados Unidos, fato que a Venezuela denunciou como contrário à integração regional [ver: [Relação entre União Européia e Comunidade Andina encontra-se fragilizada](#)].

Assim, os Estados Unidos conquistam um a um, os países da América do Sul com seus tratados de livre comércio e promessas de acesso a seus mercados, e até mesmo Paraguai e Uruguai acusam o Brasil de omissão de seu papel de irmão maior, dando margem de manobra a outros países.

A figura de Chávez se converteu em um fator de influência regional, respaldada por altos investimentos, graças ao elevado preço do petróleo. A estratégia brasileira na América do Sul entra em tensão com os dólares auferidos do combustível fóssil que Hugo Chávez utiliza para influenciar a região. Com sua conta multiplicada pela renda da alta do petróleo, a Venezuela está impulsionando de maneira diferente a política externa da região da América do Sul. Por um lado, disputa amistosamente as áreas de influência com o Brasil e, por outro lado, aproveita as bases que reforçam sua política de enfrentamento com os Estados Unidos, ainda que não consiga o apoio do Brasil e da Argentina, que mantêm boas relações com os EUA.

Assim, a política exterior do Brasil na América do Sul cruzou-se com a

² A missão de paz da ONU no Haiti é chefiada por um diplomata chileno, e em termos militares, liderada por um general do exército brasileiro.

³ A Comunidade Andina emergiu das crises em

1997, quando foi firmado o protocolo de Trujillo, que mudou o nome da instituição e também promoveu uma mudança substancial ao adotar o modelo comunitário e estruturar o chamado Sistema Andino de Integração.

petroatividade da Venezuela. Hugo Chávez está à frente de um regime personalista que não oculta sua aspiração em liderar alianças no subcontinente. Tem-se, como exemplo, a sua relação com o Uruguai. Desde a posse do Presidente Tabaré Vázquez, em março de 2005, a Venezuela vem assegurando ao país condições favoráveis de pagamento pela obtenção de petróleo. A empresa estatal de Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA) comprou em março deste ano 50% das ações da empresa Sol Petróleo, uma distribuidora de combustível que a estatal uruguaia, a Ancap, possui na Argentina. Além disso, também em março, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BANDES) da Venezuela depositou 10 milhões de dólares no Banco Central do Uruguai para fazer parte da Cooperativa Nacional de Poupança e Crédito (COFAC).⁴

Nesse sentido, a situação de Lula no terreno de política regional não é muito favorável. Some-se a isso a nacionalização do gás e petróleo boliviano [ver: [Evo Morales decreta a nacionalização de gás e Petróleo na Bolívia](#)], causando constrangimentos tanto na política interna quanto externa de Lula, uma vez que o presidente do Brasil apoiou Hugo Chávez e Evo Morales, nas candidaturas recentemente.

A nacionalização das jazidas de gás e petróleo pelo presidente não constituiu nenhuma surpresa. Esta medida foi anunciada antes e durante a campanha eleitoral para a presidência da Bolívia, na qual se declarou que “não se deve exportar o gás natural nas condições atuais, pois antes devem ser modificadas as leis de hidrocarbonetos (gás e petróleo) de modo que o Estado boliviano receba 50% e não 18% de impostos, como atualmente arrecada das companhias de petróleo que os exploram”.

⁴ É uma empresa que canaliza a poupança nacional apoiando projetos de pequenas e médias empresas.

As exportações totais da Bolívia, em 2005, somaram US\$2,7 bilhões, e as importações cerca de US\$2,4 bilhões. As exportações de gás atingiram o montante de US\$ 771,904 milhões, o que corresponde a 34,04% das exportações totais. As exportações de petróleo e derivados contabilizaram o total de US\$ 253,755 milhões, o que representa 11,19% das exportações totais. E as de soja e azeite de soja somaram US\$ 175,927 (correspondendo a 7,76% das exportações totais). A Bolívia destina ao Brasil 33% de suas exportações, 15% aos Estados Unidos, 9% à Argentina, 4,7% ao Peru, e 2% ao Reino Unido. O Brasil é, portanto, o principal comprador da Bolívia, absorvendo dois dos seus principais produtos, gás e soja, que representam quase a metade de todas as suas exportações [ver: [Panorama econômico da Bolívia](#)].

Os investimentos do Brasil na Bolívia representam cerca de 18% do PIB boliviano. A Petrobras, responsável por 30% de sua arrecadação tributária, possui na Bolívia investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões. Tem participação em toda a cadeia produtiva de petróleo e gás – exploração, produção, refino, transporte e comercialização –, controla cerca de 45% dos campos de extração e possui as duas maiores refinarias do país.

O conflito da Bolívia com a Petrobras afetará os interesses brasileiros, pois são consumidos no Brasil 24 milhões de metros cúbicos de gás boliviano, na proporção de 80%, na geração de energia das empresas industriais e também no abastecimento da frota de veículos movidos a Gás Natural Veicular (GNV), e também das termoelétricas. Por outro lado, a Bolívia também será prejudicada, uma vez que suas presentes decisões podem afugentar futuros investimentos estrangeiros, além do desgaste político sofrido no âmbito internacional, podendo vir a perder mercado para suas exportações e não tendo alternativa senão negociar condições nos termos da Petrobras.

A saída da Venezuela da CAN e a nacionalização dos hidrocarbonetos complicaram o panorama de integração regional na América do Sul.

O compromisso da construção de alianças e sociedades no plano regional e global em favor de objetivos e causas identificadas com as necessidades do desenvolvimento econômico e social tem ficado comprometido.

Com o abandono da Venezuela do bloco, Bolívia se alinhou claramente à Venezuela, enquanto o Equador adotou uma política mais neutra, mas ainda defendendo o processo de integração regional. Ao mesmo tempo em que abandonou o bloco andino, a Venezuela fez muitas críticas ao Mercosul, destacando que se não houver mudança social, o bloco terá o mesmo fim da CAN. Essa situação provocou receios nos governos do Brasil e da Argentina, que até então estavam entusiasmados com a possível entrada da Venezuela no Mercosul. A decisão da entrada da Venezuela no bloco como membro permanente será tomada na Cúpula a ser celebrada em Córdoba, na Argentina, em julho próximo.

Assim, a saída da Venezuela da CAN ameaça a viabilidade dos dois blocos de integração da América do Sul, bem como o projeto impulsionado pelo Brasil de uma liderança regional na América do Sul. Essa ameaça pôde ser vista pela Cúpula de Havana, na qual a Bolívia de Evo Morales integrou-se à ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) juntamente com Cuba de Fidel Castro e a Venezuela de Hugo Chávez, enquanto esperava um novo adepto, o Peru, caso Ollanta Humala vença as eleições no país.

Portanto, como exposto acima, a decisão venezuelana de sair da CAN repercute na integração da América do Sul, bem como a Cúpula em Havana e o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos aceleraram as contradições entre Brasil e Venezuela, colocando em

vias de extinção a Comunidade Andina e em evidência algumas contradições e limitações do Mercosul. Com isso, coloca-se em questão a verdadeira intenção de Chávez em relação à América do Sul: se seria de uma integração como ele vem defendendo ou de uma desintegração.

Se confirmar este último extremo, poderia afirmar uma disputa pela liderança regional: numa batalha desigual em que Chávez utiliza seus dólares advindos da alta do petróleo no mercado mundial para fazer sua política exterior e o Brasil conta com o respaldo do seu Ministério de Relações Exteriores.

Referência

Sites:

Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (GACINT)

<http://www.usp.br/ccint/gacint/>

Observatório Político Sul-Americano (OPSA)

<http://observatorio.iuperj.br/04b.htm>

Mercosul

<http://www.mercosur.int/>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br/>

Real Instituto Elcano

<http://www.realinstitutoelcano.org/>

Venezuelanalysis

<http://www.venezuelanalysis.com/>

Ver também:

14/11/2003 – [A Política Externa Brasileira e a América do Sul](#)

Intensificação da desordem no Timor-Leste

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
30 de maio de 2006

Tropas estrangeiras, lideradas pela Austrália, desembarcam no Timor-Leste objetivando estabelecer a ordem após vários focos de violência terem tomado conta da capital do país, Dili.

Uma onda de violência tomou conta da capital do Timor-Leste, Dili, a partir do dia 26 de maio de 2006. Como resultado destes recentes confrontos, foram registradas 27 mortes até o momento, além de, pelo menos, 100 feridos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), pelo menos 27.000 pessoas estão abrigadas no aeroporto, no porto e em congregações religiosas da capital; enquanto estimativas indicam que aproximadamente 50.000 deixaram suas casas buscando fugir da violência. Não obstante, existem relatos de que residentes locais tentaram invadir o armazém do Programa Mundial de Alimentos, dado que várias lojas estão fechadas desde o início do tumulto.

O Timor-Leste constitui-se pela parte oriental da ilha de Timor, o noroeste da parte ocidental da ilha, além das ilhas de Pulau Atauro e Pulau Jaco, e localiza-se no sudeste asiático, na parte leste das ilhas da Indonésia, 500 km ao noroeste da Austrália.

A desordem tomou conta do país desde a decisão da população, em 1999, através de uma consulta popular supervisionada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela independência da parte leste

da ilha em relação ao domínio indonésio. Desde então, o governo leste-timorense tem se mostrado incapaz de suprimir os focos de violência que se instalam no país, decorrentes de confrontos entre grupos favoráveis à independência e minorias defensoras da dominação indonésia.

Tropas estrangeiras desembarcaram na ilha, na semana passada, visando o estabelecimento da ordem. Essas tropas são constituídas principalmente por soldados australianos (aproximadamente 2.000), além de contingentes menores da Malásia, Nova Zelândia e Portugal. Enquanto isso, membros do *staff* da ONU presentes na ilha, considerados não essenciais, foram evacuados para a Austrália.

A desordem do país, fruto principalmente do conflito entre os timorenses que são partidários da independência e aqueles que são contra foi somada à demissão, em março deste ano, de 600 soldados – pouco menos da metade das forças armadas do país – após entrarem em greve para reivindicarem melhores condições de trabalho. Com as demissões, esses soldados começaram a travar embates esporádicos com as forças armadas do país. As tropas da operação de paz da ONU buscaram intermediar estes

confrontos de forma a amenizar a situação de violência do país. Entretanto, componentes da força da ONU, após negociarem um cessar-fogo, acabaram sendo atacados, o que resultou em 9 mortos, além de 27 feridos.

Tais embates esporádicos entre os soldados demitidos e as forças armadas do Timor-Leste escalaram a tal ponto que passaram a envolver ataques de gangues, compostas por cidadãos insatisfeitos quanto à situação de pobreza e desemprego, que promoveram saques e queimaram casas.

Em resposta à violência estabelecida no país por conta do embate entre as forças armadas e os soldados demitidos, o presidente do Timor-Leste, Xanana Gusmão, anunciou que assumirá o controle das forças de defesa do país por 30 dias. O presidente também demitiu o Ministro da Defesa, Roque Rodrigues, e o Ministro do Interior, Rogério Lobato.

Histórico

Colônia portuguesa desde o século XVI, a parte leste da ilha de Timor só teve seu direito à autodeterminação reconhecido por Portugal em 1974, com a queda do regime fascista de Salazar. Já a parte ocidental da ilha, colônia holandesa desde o século XVII, assim como as demais ilhas holandesas, tornam-se a República da Indonésia, em 1950.

Partidos políticos foram criados no Timor-Leste, em 1974, com basicamente três propostas: independência após longo estágio sob a condução portuguesa, autonomia progressiva até a independência total e os que defendiam a integração à Indonésia.

Devido à incapacidade de Portugal em conciliar a dissensão entre as facções, eclodiu uma guerra civil entre os defensores da independência e os favoráveis à integração à Indonésia.

Incapaz de controlar a situação, Portugal retirou-se da ilha. Aproveitando-se da instabilidade da situação, a Indonésia interveio militarmente e declarou o Timor-Leste como sua 76ª província, em 17 de julho de 1976. Esta incorporação nunca foi reconhecida pela ONU, que requisitava a saída da Indonésia da ilha.

Após certo período sem atrair muita atenção, alguns acontecimentos na década de 1990 despertaram o interesse do mundo novamente para a ilha. O massacre de 200 pessoas no Cemitério de Santa Cruz em 1991, causado por forças de segurança indonésias, e o Prêmio Nobel da Paz dado a dois ativistas defensores da independência da ilha, em 1996, foram alguns desses acontecimentos.

Em junho de 1998, a Indonésia propôs certa independência à parte leste da ilha. Como consequência dessa conjuntura favorável, em 1999, Portugal e Indonésia assinaram um acordo no qual confiam ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, a organização e condução de uma consulta popular relacionada ao posicionamento do povo timorense quanto à aceitação ou não de uma maior autonomia dentro da República da Indonésia.

Uma missão da ONU foi criada especialmente para supervisionar a consulta, a Missão das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET – sigla em inglês). Em 30 de agosto de 1999, a população decidiu, com 78,5% dos votos, pela independência.

Com a divulgação do resultado, uma onda de violência implantou-se no país. Milícias pró-integração e membros das forças de segurança indonésias, sendo que aos últimos cabia o estabelecimento da ordem, promoveram incêndios criminosos e saques por todo o território timorense. Dentre os grupos favoráveis à anexação do Timor-Leste por parte da Indonésia destaca-se o partido político Associação Popular Democrática Timorense (APODETI). A APODETI, financiada e treinada pela Indonésia, defende a

anexação sob o argumento da inviabilidade econômica do Timor-Leste independente.

Em 12 de setembro, o governo indonésio aceitou a assistência internacional. O Conselho de Segurança da ONU autorizou a criação de uma força multinacional (INTERFET), sob o comando da Austrália, para proteger a UNAMET e permitir que a mesma cumpra suas funções. A INTERFET desembarcou na ilha em 20 de setembro de 1999 e força o deslocamento da milícia pró-integração para a parte ocidental da ilha.

Em 19 de outubro de 1999, o Parlamento indonésio homologou a consulta popular e anulou o decreto de anexação do Timor-Leste, de 1976. Em 25 de outubro, o Conselho de Segurança estabeleceu a Administração de Transição no Timor-Leste (UNTAET - sigla em inglês), para coordenar a trajetória do país para a independência.

Em 30 de agosto de 2001, a população leste-timorese compareceu às urnas novamente para eleger a Assembleia Constituinte. Em seguida, membros do novo Conselho de Ministros, composto apenas por leste-timorenses, substituíram o Conselho Transitório, criado em 2000.

No dia 22 de março de 2002, entrou em vigor a primeira Constituição e, em 14 de abril do mesmo ano, o atual presidente foi eleito. Xanana Gusmão, vencedor das eleições presidenciais, é o antigo líder do Conselho Nacional da Resistência Timorese¹.

Durante o mês de maio de 2002, a UNTAET encerrou suas operações e deu lugar à Missão de Suporte das Nações

Unidas no Timor-Leste (UNMISSET). Essa missão tinha como objetivos: prover assistência a estruturas administrativas centrais para a viabilidade e estabilidade política do Timor-Leste; prover o primado da lei e Segurança Pública, além de auxiliar a criação do Serviço Policial do Timor-Leste; e contribuir para a manutenção da segurança interna e externa do novo país.

A UNMISSET encerrou seu mandato em 20 de maio de 2005, podendo-se argumentar que foi mal sucedida no que diz respeito ao que se propunha a fazer. O governo ainda apresenta-se incapaz de estabelecer a ordem no país, sendo fortemente dependente de auxílio internacional para fazer frente a ameaças como a onda de violência que assolou o país recentemente. A resistência representada pelos defensores da integração à Indonésia ainda representa um fator desestabilizador, com o qual o governo não consegue estabelecer acordos que coloquem fim à desordem.

Referência

Sites:

ABC News

<http://abcnews.go.com/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Exército Brasileiro

<http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/timorles/indice.htm>

Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

Missão de paz da ONU (UNAMET)

<http://www.un.org/peace/etimor99/etimor.htm>

Missão de paz da ONU (UNMISSET)

<http://www.un.org/Depts/dpko/misions/unmiset/>

¹ Conselho criado em 1998 objetivando “fazer de Timor um território livre e independente, sem forças armadas, com um sistema parlamentar multipartidário, uma economia de mercado e uma constituição que salvaguarde o respeito pelos direitos humanos”. Disponível em: <<http://www.portimor.pt/xanana/cnrt.html>>.

Missão de paz da ONU (UNTAET)

<http://www.un.org/peace/etimor/etimor.htm>

Por Timor

<http://www.portimor.pt/>

A ONU e o combate ao terrorismo

Resenha
Segurança

Igor Andrade Vidal Barbosa
28 de maio de 2006

As ações da Organização das Nações Unidas relativas ao terrorismo datam de 1972 e ganharam novo fôlego após os atentados de 11 de setembro de 2001. Ao revelar, há pouco menos de um mês, o relatório “Unindo contra o terrorismo: recomendações para uma estratégia global contra-terrorista”, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, buscou dar mais um passo na tentativa de se combater o terrorismo internacional.

Lançado no dia 2 de maio de 2006, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, intitulado “Unindo contra o terrorismo: recomendações para uma estratégia global contra-terrorista”¹ busca desenvolver idéias já propostas em 2005 e avalia o progresso da Organização das Nações Unidas (ONU) na sua luta contra o terrorismo.

A ONU e o Terrorismo

A atuação da ONU em relação ao terrorismo não é um fato recente. De acordo com a própria Organização, as primeiras resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU referentes ao terrorismo datam de 1972 e 1989, respectivamente. Os atentados de 11 de setembro de 2001, porém, deram novos rumos às ações da ONU.

No final de setembro de 2001, criou-se o *Counter-Terrorism Committee* (CTC, sigla em inglês), responsável por monitorar a implementação da resolução 1373 do Conselho de Segurança (CS) e fortalecer a

capacidade dos Estados de combaterem o terrorismo.² A referida resolução obriga os Estados a punirem indivíduos que apoiem atividades terroristas, a negarem apoio financeiro e logístico aos terroristas e a compartilharem informações a respeito de grupos que estejam planejando ataques terroristas.

Em 2002, o *Al-Qaida and Taliban Sanctions Committee*, comitê criado em 1999 para supervisionar as sanções impostas ao Talibã e a Al-Qaeda³, teve suas funções expandidas devido ao enrijecimento das sanções⁴.

Em março de 2004, criou-se o *Counter-Terrorism Committee Executive Directorate* (CTED, sigla em inglês). O CTED foi criado com a função inicial de revitalizar o trabalho do CTC ao prover aconselhamento especializado, facilitar a assistência técnica relativa a medidas de combate ao terrorismo e promover uma maior cooperação e coordenação entre os diferentes órgãos da ONU e entre as diversas organizações regionais e inter-governamentais. Em abril do mesmo ano, criou-se o comitê 1540. Tal comitê tem o

¹Uniting against terrorism: recommendations for a global counter-terrorism strategy

² O CTC foi criado pela mesma resolução 1373

³ As sanções foram impostas na resolução 1267 do Conselho de Segurança.

⁴ O enrijecimento das sanções ocorreu na resolução 1390 do Conselho de Segurança

objetivo de monitorar a implementação da resolução 1540 do CS. Essa resolução visa, principalmente, a restringir o acesso dos terroristas a armas biológicas, químicas e nucleares.

Em março de 2005, um ano após os atentados em Madri que feriram e mataram mais de 1600 pessoas, Kofi Annan lançou o relatório *"In Larger Freedom: towards development, security, and human rights for all"*. Neste documento, Annan esboça o que ele considera ser os cinco pilares do combate ao terrorismo: dissuadir pessoas de apoiarem ou utilizarem-se do terrorismo; negar aos terroristas os meios para se realizar um ataque; impedir que Estados apoiem o terrorismo; reforçar a capacidade dos Estados de combater o terrorismo; e defender os direitos humanos.

Em setembro de 2005, durante a sexagésima sessão da Assembleia Geral da ONU – também chamada de Cúpula Mundial de 2005 – os Estados membros da ONU condenaram o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Além disso, apoiaram os cinco pilares defendidos pelo Secretário-Geral e pediram para que este desenvolvesse propostas para fortalecer o papel da Organização no combate ao terrorismo. Foi devido a este pedido que Annan elaborou, com assistência do *Counter-Terrorism Implementation Task Force* – força tarefa criada em 2005 para ajudar na coordenação das ações da ONU relativas ao terrorismo – o relatório *"Unindo contra o terrorismo"*.

Adicionalmente, uma série de resoluções condenando ações terroristas específicas foram adotadas pelo CS e pela Assembleia Geral desde 2001.

Unindo Contra o Terrorismo

Considerado pela ONU como "a primeira estratégia contra-terrorista abrangente" o relatório *"Unindo contra o terrorismo"*

baseia-se nos cinco pilares de combate ao terrorismo defendido por Kofi Annan. Antes de entrar em cada tópico, porém, Annan ressalta o fato de que a defesa aos direitos humanos constitui um aspecto essencial nesta luta na medida em que os terroristas desrespeitam os direitos humanos de cada uma de suas vítimas.

1- Dissuadir pessoas de apoiarem ou utilizarem-se do terrorismo

O enquadramento do terrorismo como ato inaceitável e o combate às condições que favorecem o surgimento do terrorismo devem ser a base das ações da ONU para se dissuadir pessoas de apoiarem ou utilizarem-se desse meio. Em primeiro lugar, os Estados e a sociedade civil devem deixar claro que o terrorismo, mesmo aquele com pretensões nacionalistas, não pode ser justificado. Tal atitude buscaria diminuir a base de apoio dos terroristas ao enfatizar, principalmente, as consequências negativas do terrorismo – suas vítimas e seus impactos econômicos e sociais. Em segundo lugar, deve-se atuar nas causas "profundas" do terrorismo. Dentro destas estariam a difusão de ideologias extremistas que desumanizam suas vítimas; conflitos locais e regionais violentos; ambientes em que os direitos civis não são respeitados e existem abusos aos direitos humanos; e locais em que há discriminação religiosa ou étnica, exclusão política e marginalização socioeconômica.

2- Negar aos terroristas os meios para se realizar um ataque

Para que se impeça que os terroristas venham a adquirir os meios para se realizar um ataque, sete pontos devem ser considerados: (i) o acesso ao apoio financeiro; (ii) o acesso a armas, incluindo armas de destruição em massa⁵; (iii) a comunicação entre terroristas; (iv) o

⁵ Armas biológicas, químicas e nucleares.

recrutamento de novos terroristas; (v) a movimentação internacional dos terroristas; (vi) o acesso a possíveis alvos; (vii) e a obtenção do desejado impacto e visibilidade dos ataques. O Secretário-Geral afirma que ações têm sido tomadas em consideração a estes sete pontos, mas que os resultados desejados, especialmente em relação à comunicação entre os terroristas e à proteção de possíveis alvos, ainda não foram obtidos.

3- Impedir que Estados apoiem o terrorismo

De acordo com o relatório, o melhor modo de impedir que Estados apoiem o terrorismo é o monitoramento da implementação das resoluções da Assembleia Geral e do CS e também o fortalecimento da autoridade do CS para lidar com o terrorismo e para identificar Estados que dão apoio ou que não têm a capacidade de atuar contra o terrorismo.

4- Reforçar a capacidade dos Estados de combater o terrorismo

O fortalecimento da capacidade dos Estados de lidar com os terroristas é apresentado como uma das peças fundamentais do relatório. Os terroristas “exploram fraquezas, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, para obter fundos, organizar, equipar e treinar seus recrutas, realizar ataques e se esconder”. Os esforços nesse sentido devem se focar na: (i) promoção do mando da lei, do respeito aos direitos humanos e de sistemas jurídicos efetivos; (ii) difusão da tolerância religiosa e cultural através do apoio à qualidade educacional; (iii) supressão ao financiamento do terrorismo; (iv) segurança dos meios de transporte, que muitas vezes são possíveis alvos; (v) utilização da internet para se obter informações sobre os terroristas; (vi) proteção a possíveis alvos; (vii) resposta dada a um ataque que utilize armas convencionais ou não convencionais; (viii)

e na capacidade de impedir que terroristas venham a adquirir armas de destruição em massa.

Além disso, a ONU deve prover a assistência técnica para que os Estados possam efetivamente fortalecer suas capacidades e também deve promover uma maior coerência entre as suas atividades contra-terroristas ao possibilitar uma maior troca de informações entre suas agências e institucionalizar o *Counter-Terrorism Implementation Task Force*.

5- Defender os direitos humanos na luta contra o terrorismo

Como já apresentado anteriormente, Annan coloca a defesa dos direitos humanos como um dos pilares essenciais de sua estratégia contra-terrorista. Com isso, o Secretário-Geral enfatiza não somente o fato de que os terroristas violam os direitos humanos, mas também que, da mesma forma, qualquer ação contra-terrorista não os deve violar. Kofi Annan termina seu relatório dizendo que os Estados devem, o mais cedo possível, concluir uma convenção abrangente sobre o terrorismo internacional.

Possíveis Efeitos

O relatório “Unindo contra o terrorismo” apresenta várias idéias e ações que poderão, se aplicadas, ser eficientes na luta contra o terrorismo. De acordo com Eugenio Diniz, autor de *Relações Internacionais* e membro do conselho acadêmico do Conjuntura Internacional, o combate ao terrorismo deve visar à neutralização e ao desbaratamento dos grupos terroristas. Enquanto não for possível desbaratar tais grupos, deve-se buscar frustrar as intenções destes – neutralizá-los. O relatório do Secretário-Geral foca de maneira desigual nos pontos traçados por Diniz. Busca-se desbaratar tais grupos por meio, principalmente, da

redução da base de apoio dos terroristas, do reforço à capacidade dos Estados de lidar com tais grupos, da maior restrição aos meios para que se realize um ataque⁶, e da maior punição a Estados que dêem refúgio a grupos terroristas.

A neutralização, por sua vez, pode, de acordo com Diniz, ocorrer de duas maneiras. Em primeiro lugar, ao se impedir que atentados ocorram. Tal atitude demanda um grande investimento em inteligência e certamente poderá gerar bons resultados, mas, considerando a enorme dificuldade de se antecipar toda atividade terrorista, dificilmente todos os ataques serão prevenidos. Em segundo lugar, há a possibilidade de se absorver os danos, até certo ponto, e não ceder a qualquer demanda terrorista. Quando os danos provocados já não podem mais ser suportados, a reação política não deve se dar nos termos do grupo terrorista.

O “Unindo contra o terrorismo” trata brevemente da primeira maneira de se frustrar as intenções dos grupos terroristas. As discussões acerca deste tópico se limitam a dizer, de forma superficial, que a internet, os fluxos de dinheiro e o comércio de documentos ilegais devem ser monitorados – sempre tendo em mente o direito à privacidade. O relatório, adicionalmente, trata de forma insatisfatória a segunda maneira de neutralização. Nada é dito em relação à absorção social e política dos danos provocados e não há nenhuma referência à idéia crucial de que reações e mudanças políticas não devem se dar nos termos do grupo terrorista. O relatório se limita a dizer que, em caso de um ataque, a resposta de um Estado deve buscar salvar o maior número de vidas possível.

Dessa maneira, a estratégia global contra-terrorista proposta por Kofi Annan parece dar especial consideração ao combate a longo prazo do terrorismo – o

desbaratamento de grupos terroristas –, mas não dá suficiente atenção à medidas de curto prazo ou seja, à neutralização destes grupos.

Referência

DINIZ, Eugenio. Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR; Domício (Orgs). **Paz e Terrorismo: textos do Seminário**. ed.São Paulo : Editora Hucitec, 2004, p. 197-222.

Sites:

Al-Qaida and Taliban Sanctions Committee

<http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267Template.htm>

BBC NEWS UK

<http://news.bbc.co.uk/>

CNN. Com International

<http://edition.cnn.com/>

Comitê 1540

<http://disarmament2.un.org/Committee1540/index.html>

Counter-Terrorism Committee

<http://www.un.org/sc/ctc/>

In larger Freedom: towards development, security, and human rights for all

<http://www.un.org/largerfreedom/commitments.htm>

United Nations

<http://www.un.org/>

UN action against terrorism

<http://www.un.org/terrorism/>

UN News Centre

<http://www.un.org/news/>

⁶ Tais meios seriam o equipamento, recrutamento, e treinamento dos terroristas

United Nations General Assembly 60th
Session

<http://www.un.org/ga/60/>

United Nations Security Council

<http://www.un.org/Docs/sc/>

Uniting against terrorism:
recommendations for a global counter-
terrorism strategy

<http://www.un.org/unitingagainstterrorism/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drummond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

